

**C O R T E S I A . .**  
**IFCH - UNICAMP**

## **A ANÁLISE DOCUMENTAL E O ESTUDO DA ANTIGÜIDADE CLÁSSICA**

*Pedro Paulo A. Funari*

Dept<sup>o</sup> de História do IFCH/UNICAMP

### **INTRODUÇÃO**

O estudo da Antigüidade Clássica possui especificidades e características pouco esclarecidas em nosso meio. O objetivo deste trabalho consiste, precisamente, em apresentar, de forma didática e para uso, principalmente, dos alunos de graduação, algumas noções introdutórias a respeito do estudo da Antigüidade Clássica. Trata-se, aqui, da análise tradicional do documento, da hermenêutica contemporânea, da diversidade de análises de documentos e das características específicas do estudo do mundo antigo. Ao final, acrescenta-se uma bibliografia com referências básicas.

### **DOCUMENTOS: ANÁLISE TRADICIONAL E HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA**

#### **A Análise Tradicional e a Hermenêutica Contemporânea**

Tradicionalmente, o documento foi definido como um texto escrito à disposição do historiador. Fustel de Coulanges (1888:29;33)

afirmava que "a habilidade do historiador consiste em retirar dos documentos o que contém e nada acrescentar...A leitura dos documentos de nada serviria se fosse feita com idéias pré-concebidas". A partir deste pressuposto, dois procedimentos básicos deveriam ser adotados, denominados, convencionalmente, de crítica externa e crítica interna. A busca da *veracidade* do relato, implícita nesta abordagem, deveria ser levada a cabo, em primeiro lugar, por um estudo dos aspectos externos do documento. A materialidade do texto deveria ser questionada e posta à prova: haveria incompatibilidade entre a data escrita no texto e sua composição física? Por exemplo, um texto datilografado não pode ser anterior à invenção da máquina de escrever, nem o uso da imprensa pode preceder Gutemberg. Caso um texto datilografado apresente uma assinatura de Júlio César (primeiro século a.C.) pode concluir-se, pela crítica externa, material, do documento que este é *falso*.

Um texto escrito apresenta, também, uma série de informações que podem ajudar a caracterizar o documento como verdadeiro ou falso. A crítica interna visa verificar se há motivos para duvidar da sua autenticidade devido a informações inverossímeis. Um tipo de inverossimilhança muito comum é o anacronismo. Se um documento afirma que D. Pedro I, quando subia a Serra do Mar para proclamar a Independência do Brasil, utilizou-se da Via Anchieta, pode constatar-se que o documento é *falso* pois não havia, em 1822, esta rodovia. É provável que ambos os casos apresentados para ilustrar a crítica externa e interna pareçam por demais óbvios e improváveis e realmente o são. Na prática, apenas um conhecimento aprofundado das condições materiais e históricas de inserção do documento permite levar a cabo as críticas interna e externa.

Também o estudo das fontes disponíveis para o autor antigo e seu acesso a elas (*Quellenforschung*) apresenta-se como um trabalho árduo. Às vezes, a referência textual a uma fonte é explícita, como o faz Aristóteles em sua *Constituição de Atenas*:

"Os membros da comissão escreveram e deram a público o seguinte: a *boulé* (senado) consistirá de membros de mais de

trinta anos de idade, tendo exercido um cargo anual e sem receber remuneração; dentre estes, os generais, os nove arcontes, os secretários sagrados, os comandantes, os cavaleiros, os chefes das tribos, os oficiais da guarda, os magistrados tesoureiros dos bens sacros da Deusa Atena, os dez tesoueiros dos outros deuses..." (Aristóteles, *Athenaion Politeia*, 30, 1-2).

Nem sempre há uma citação clara e direta de documentos. De qualquer forma, no entanto, esta hermenêutica, surgida como uma reação à falsificação de documentos levada a cabo, amplamente, durante a Idade Média (Lozano 1987:69) partia da noção de que seria possível "mostrar as coisas tal como, realmente, aconteceram" (*wie es eigentlich gewesen*), nas palavras de Leopold von Ranke (1824: vii; cf. Marrou 1966:43; Marwick 1976:34-40). Pode mesmo afirmar-se que este positivismo fundou a moderna ciência histórica.

Não é à toa que outro grande propugnador da crítica documental tenha sido Barthold Georg Niebuhr (1811), estudioso da Antigüidade Clássica, pois a *erudição filológica* constituiu um pilar indispensável para a análise textual. De fato, apenas o conhecimento aprofundado da linguagem utilizada nos documentos permite a execução de uma sólida crítica interna. Hoje não é difícil saber que o uso da palavra *avião* por Pedro Alvares Cabral não seria possível e, portanto, que um documento que a colocasse em sua boca deveria ser *posterior* a Cabral, mas o mesmo não se passa com documentos mais antigos. Apenas uma grande erudição, um domínio exaustivo das línguas grega e latina, permite julgar se termos específicos deveriam ser considerados verdadeiros ou espúrios. O uso de termos anacrônicos permite questionar a veracidade das afirmações de um documento. Assim, Cássio Dio, escrevendo no século terceiro da era cristã, escreve sobre os acontecimentos do final da República Romana (44 a.C.) *a partir de conceitos da sua própria época*:

"Os assassinos de César declararam-se, ao mesmo tempo, como responsáveis pela sua eliminação e como libertadores do povo: na verdade, entretanto, fizeram uma conjuração impiedosa

e lançaram a cidade na desordem quando iniciava-se a ter um governo estável. A Democracia, de fato, parece ter um nome justo e, através da isonomia, parece trazer a todos direitos iguais: suas conseqüências, entretanto, não condizem com seu nome. A Monarquia, por sua parte, soa mal, mas garante, de maneira prática, a melhor administração. Afinal, é mais fácil encontrar um único homem excelente do que muitos" (Dio, *Historia*, 44,2).

A Monarquia tratada por Cássio Dio refere-se ao governo imperial de inícios do século terceiro, sob a dinastia dos Severos, época em que o próprio Dio serviu como Cônsul (229 d.C.). O imperador, chamado, então, de *dominus* (senhor), era, efetivamente, um monarca. No entanto, o uso destes termos e conceitos para tratar do assassinato de Júlio César não reflete nem a terminologia nem as posições políticas em jogo no período da narrativa. Logo, o texto de Dio Cássio reflete mais sua própria época do que a do início do Principado.

A moderna ciência histórica, baseada na crítica factual do documento escrito, surgiu, justamente, como resultado da ação de classicistas e estabeleceu os termos da análise textual tradicional.

### **O Passado e o Presente: a História e a Hermenêutica Contemporânea**

A História continua sendo o conhecimento através dos documentos (Carrard 1986:49), mas redefiniram-se os conceitos de História e de documento. Laurent Stern (1990:562) recorda a distinção entre "os eventos que ocorreram (*res gestae*) e nosso relato a seu respeito (*historia rerum gestarum*). De acordo com a boa intuição, os eventos passados não podem mudar, *mas nossa compreensão destes eventos muda*" (grifo acrescentado). De fato, não devem confundir-se *passado e relato do passado*, acontecimentos objetivos intangíveis e a narrativa histórica. O pensador francês Raymond Aron

(s/d:11) ressaltava que "a mesma palavra refere-se à realidade histórica e ao conhecimento dela derivado. História designa, a um só tempo, o passado e a ciência que os homens esforçam-se em elaborar a partir desse passado". Nas línguas modernas apenas o alemão conserva uma diferença clara entre História objetiva, o Passado que passou e não volta mais (*die Geschichte, einmaliges Geschehen*) e a História como narrativa, criação sempre no e do presente (*die Historie*; cf. Stierle 1975). Os romanos talvez tenham melhor oposto os acontecimentos (*res gestae*) à sua recriação na memória, numa narrativa (*memoria rerum gestarum*). A memória, por definição, é uma recriação constante, no presente, do passado enquanto representação, enquanto imagem impressa na mente. A relação entre a representação na memória e a realidade é mediada, sutil e indireta:

*Utrumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirili parte et ipsum consuluisse...Quae ante conditam condendamue urbem poeticis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea nec adfirmare nec refellere in animo est* (Tito Lívio, *Ab urbe condita* 1, 3;6).

"Como quer que seja, será agradável relatar, da melhor maneira possível, os feitos do mais importante dos povos... Aquilo que se refere ao período antes da fundação ou do próprio plano de criação da cidade foi transmitido mais pelo encanto da poesia do que por monumentos íntegros dos acontecimentos. Não se pretende, aqui, nem confirmar nem negar tais relatos".

Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.) descreve, de maneira admirável, a subjetividade inevitável do relato histórico. As palavras utilizadas tornam claras as questões centrais do discurso histórico: o relato dos acontecimentos (*memoria rerum gestarum*) nada pode confirmar (*adfirmare*), mostrando firmeza (*firmitas*), nem demonstrar ser enganoso (*refellere*), por ter escapado da memória. O relato *que con-*

vém (*deceit*), de bela aparência, condiz com o decoro da tradição oral (*decora fabulis tradundur*). A *fabula*, a história tradicional, opõe-se aos fatos, "das fábulas cabe chegar aos fatos", como já propunha Cícero (*a fabulis ad facta uenire*, Cic. Rep. 2,3 fin). Tito Lívio refere-se aos feitos como "monumentos íntegros dos acontecimentos", portanto, também como "lembranças" (*monumenta*) e sua distinção das fábulas dá-se tão somente no fato de terem sido, potencialmente, "trazidas sem adulteração" na memória (*traduntur incorruptis monumentis*). A memória deixa muito escapar (*fallere*) e não é fácil demonstrar a firmeza (*firmitas*) das diversas afirmações (*adfirmare*).

Tito Lívio não pretendia chegar a descrever o passado tal qual teria ocorrido (*wie es eigentlich gewesen*), pois, como os pensadores têm ressaltado, isto é algo impossível e irrelevante. Impossível, na medida em que não se possui senão fragmentos mínimos do passado mas impossível, também, porque tudo descrever, ainda que fosse factível, acabaria por nada explicar, esvaziando de sentido o relato. Irrelevante, pois o presente só se interessa pelo passado em função de si próprio e do futuro. Bruce G. Trigger (1989:778) constatou, recentemente, que "há um apoio crescente para a idéia que não é possível uma compreensão objetiva da história ou do comportamento humanos". A subjetividade subjacente a toda compreensão histórica, explicitada tantas vezes pelos pensadores antigos, tem sido ressaltada pelo moderno pensamento histórico (Fox 1993:47). Na verdade, já o poeta alemão Goethe reconhecia que "toda ação é, imediatamente, teoria", todos os atos, inclusive os relatos, são o resultado de modelos de interpretação (Maier 1984:86).

A própria razão, a maneira de compreender e interpretar a sociedade e o mundo, seja estaticamente seja nas suas transformações, é historicamente determinada (Koppenberg 1989:1011). David Lowenthal (1985:412) resume bem a relatividade do discurso histórico ao afirmar que "é muito melhor considerar que o passado sempre tem sido alterado do que pretender que sempre foi o mesmo... não podemos evitar a refacção constante do nosso patrimônio, pois cada ato de reconhecimento altera o que sobrevive". A oposição entre fa-

tos e interpretações, na base do positivismo oitocentista em busca das "evidências" históricas, tem sido, igualmente, desmantelada. O uso do termo *evidência* pelos anglo-saxões para referir-se aos fatos, acontecimentos ou dados objetivos parece particularmente significativo. A evidência, enquanto "aquilo que é visível", não se confunde com a realidade, sendo, antes, algo a ser decifrado, visto (Partner 1986:105).

Evidências, nada evidentes no sentido corriqueiro da palavra, não podem fundar as interpretações mas, ao contrário, são estas que criam as evidências e os fatos (Somekawa & Smith 1988:152). A oposição entre fatos e teorias mostra-se, nesta perspectiva, artificial e enganosa (Tabaczynsky 1984:21). Até mesmo a diferença entre história e mito tem sido posta em questão. O Presidente da Associação Americana de Historiadores, William H. McNeill (1986:8-9), chegou ao ponto de pedir aos seus colegas norte-americanos que reconhecessem que não produziam "verdades eternas e universais" mas uma "história mítica" (*mythistory*). As raízes da explicação histórica encontram-se, sempre, no presente, nas sociedades e culturas de determinados períodos, na quais se insere o historiador (Burguiere 1982:427). F. Furet (1967), por exemplo, e seu estudo sobre "os intelectuais franceses e o estruturalismo", não seriam possíveis no século passado, assim como não poderia haver uma interpretação marxista da História no século XVIII!

A aceitação da subjetividade da História deve ser ligada a dois processos da vida intelectual do século XX. Em primeiro lugar, ao influxo da Filosofia deve ser creditada a difusão da própria noção de *subjetividade*. Todo conhecimento, não apenas, nem especificamente, o conhecimento do passado, mas toda a compreensão (*verstehen*) resulta de sujeitos do conhecimento. As físicas de Newton e de Einstein centram-se em torno de *sujeitos* específicos (Newton e Einstein), cujas teorias explicativas, subjetivas portanto, propõem explicações a partir de pontos de vista diversos. O filósofo italiano Benedetto Croce pode ser citado como um dos introdutores, no estudo da História, do sujeito (Davis 1983:19) e o arqueólogo britânico R. Collinwood (1965:54), de grande influência no mundo

anglo-saxão graças ao seu livro *A Idéia da História* (Oxford, 1946), explicitava que "cada historiador vê a História desde sua própria perspectiva e o próprio ponto de vista do historiador não é constante". Embora outros tenham sido os caminhos em países de fala francesa e alemã, também aí a aceitação da subjetividade foi introduzida no discurso histórico desde as primeiras décadas deste século (cf. Koselleck 1979). Georges Duby (1980:44;49) descreve, de maneira quase poética, a delicada posição do Historiador:

*Je suis persuadé de l'inévitable subjectivité du discours historique... J'en suis persuadé, l'histoire, c'est au fond le rêve d'un historien - et ce rêve est très fortement conditionné par le milieu dans lequel baigne en effet cet historien.*

"Estou convencido da inevitável subjetividade do discurso histórico...Estou convencido: a História é, no fundo, o sonho de um historiador - e este sonho é grandemente condicionado pelo meio no qual se insere este historiador".

Palavras fortes que dão bem a noção do caminho percorrido pela História científica, neste século, em direção aos condicionamentos contemporâneos da interpretação do passado (Shanks & Tilley 1987:1 *et passim*). Paralelamente à Filosofia, a Linguística e a Semiótica viriam a influenciar, decisivamente, o estudo de todas as ciências, em particular as Humanidades. A noção de que todo conhecimento expressa-se, necessariamente, como um *discurso*, implicou no reconhecimento da importância de sua autoria e de seu público, assim como da forma e conteúdo desse discurso. A aceitação da noção de subjetividade, por si mesma, não responde à questão central: por quê diferentes historiadores têm diferentes pontos de vista? A *autoria* do discurso histórico, entretanto, significa que o produtor do texto, a partir dos seus interesses individuais e coletivos, visa *fazer crescer*, no seu público, sentimentos e sensações: *auctor*, o autor, nada mais é do que aquele que faz crescer (*augere*). "Historiadores específicos interpretam o passado diferentemente por causa dos

pontos de vista pessoais e dos interesses de classe que trazem consigo" (Trigger 1989:778).

A *narrativa*, o relato como construção discursiva, passa ao centro das reflexões. Os termos empregados para referir-se ao discurso histórico conduzem-nos à *diêgesis* dos gregos: *detalhamento*, descrição (Platão, República, 392d.). Assim, Franz Goerg Maier (1984:89) afirmava que "o texto histórico não é *mimesis*, mas *diegesis*": não recria, como imitação, a realidade, mas consiste em um trabalho de junção de ações esparsas, por parte do historiador. Os alemães utilizam-se da expressão *Erzaehlung* (relato) para referir-se ao discurso histórico e fazem-no muito apropriadamente pois o termo compõe-se de *zaehlen* (contar) e do prefixo *er* (para fora): *Erzaehlung* representa uma narrativa, um conto (cf. *tale*, em inglês), fictício ou verídico. A importância do caráter narrativo da História ultrapassa a constatação da estruturação lógica da narrativa (Kocka & Nipperdey 1979:11) e atinge a própria definição ontológica da disciplina. "A pesquisa histórica e o texto do historiador ligam-se pela estrutura da narrativa; a narrativa, como forma de organização histórica, é a base, o princípio estruturador e o objetivo da História, adquirindo um sentido transcendental" (Baumgartner 1979:289).

A narrativa histórica requer, portanto, habilidades de exposição, explicação e persuasão através do uso das palavras (Elton 1967:106). Tradicionalmente, a oposição entre estória (*res fictae*) e História (*res factae*) permitia separar a literatura ficcional da História (Mommsen 1984:68). Mas Ciência e Arte, outrora tão opostas, constituem, nas Ciências Humanas contemporâneas, aspectos interligados do discurso (Strasburger 1966:55). A.L. Rowse (1946:55) chegava a afirmar que "a História está muito mais perto da Poesia do que, em geral, se admite; na verdade, penso que, na essência, são iguais". Esta aproximação entre a ficção e a História deriva, justamente, da dificuldade de distinguir, enquanto construções discursivas, relatos históricos e ficcionais (White 1976:22). Há quem não hesite em renomear a História: estória (*story*, Elton 1970:5), antes de mais nada um gênero literário (*un genre littéraire par excellence*, Cizek 1991:136).

Não seria o caso de dissolver, completamente, as diferenças entre a ficção e a ciência, pois o discurso científico tem, sempre, que manter uma relação entre sua criação estética e os documentos. "Contrariamente à ficção, os fatos estão sujeitos a verificação documental e, diversamente do realismo mágico, por exemplo, a História tem de respeitar regras de inferência conformes à lógica" (Bonifácio 1993:629). No entanto, o caráter poético, estilístico e retórico, do discurso científico constitui um elemento central da hermenêutica contemporânea. As palavras escolhidas, a maneira de apresentá-las, a estrutura estética da argumentação formam o núcleo de qualquer discurso. Michel Foucault (1984:13) pode servir como exemplo desta estética:

*Je ne suis ni helléniste ni latiniste. Mais il m'a semblé qu'à la condition d'y mettre assez de soin, de patience, de modestie et d'attention, il était possible d'acquérir, avec les textes de l'Antiquité grecque et romaine, une familiarité suffisante: je veux dire une familiarité qui permette, selon une pratique sans doute constitutive de la philosophie occidentale, d'interroger à la fois la différence qui nous tient à distance d'une pensée ou nous reconnaissons l'origine de la nôtre et la proximité qui demeure en dépit de cet éloignement que nous creusons sans cesse.*

"Não sou helenista ou latinista. Mas me pareceu que, com a condição de dedicar muito esforço, paciência, modéstia e atenção, era possível adquirir, com os textos da Antigüidade grega e romana, uma familiaridade suficiente: quero dizer uma familiaridade que permita, segundo uma prática sem dúvida constitutiva da Filosofia ocidental, interrogar, ao mesmo tempo, a diferença que nos distânciava de um pensamento que reconhecemos na origem do nosso e a proximidade que permanece, a despeito deste distanciamento que esbalecemos continuamente." (cf. Foucault 1985:12, com tradução ligeiramente diferente).

A pequena nota visa dissipar possíveis objeções quanto à capacidade do filósofo de dominar a documentação greco-romana sobre o tema tratado, neste caso a *História da Sexualidade*. O autor começa, estrategicamente, reconhecendo não ser especialista na Antigüidade Clássica. Este reconhecimento sincero visa granjear a simpatia do leitor e induzi-lo a aceitar a proposta das frases seguintes: o esforço teria permitido ao autor conhecer o suficiente as fontes antigas. Juntam-se, em um mesmo nível, dois elementos dís-pares, o trabalho ("cuidado, paciência, atenção") e o reconhecimento da "modéstia", da falta de pretensão do discurso que será proposto. Portanto, o leitor conta com duas assertivas que buscam lhe assegurar a confiabilidade do discurso: esforço e modéstia. A seguir, o autor reforça a autoridade do seu discurso recorrendo à sua inserção na tradição do trabalho filosófico ocidental. O trecho termina com um excuro sobre distâncias e proximidades entre o pensamento antigo e moderno que, a rigor, não diz respeito à questão das qualificações do autor para tratar dos autores antigos. Funciona, portanto, como bela reflexão filosófica a fim de convencer o leitor que a questão do domínio da documentação, proposta no início da nota, foi resolvida.

É claro que haverá quem note que "Michel Foucault negligencia a evidência de inúmeros textos antigos, altamente relevantes" (Hallett 1993:48). No entanto, a eficácia argumentativa do autor tem conseguido larga aceitação graças, em grande parte, à sua poética, à bela construção discursiva (Carroll 1993). Na verdade, todos os textos, sejam antigos ou modernos, de historiadores, políticos, filósofos, ou romancistas devem ser considerados como discursos, estruturados por autores específicos para públicos determinados, visando objetivos concretos bem delineados (Rigney 1988). Sua expressão implica, sempre, uma estética persuasiva. Ademais, "o discurso histórico que quer provar que o que diz é verdade apresentará o *efeito verdade*" (Lozano 1987:210, grifo acrescentado). Este efeito verdade consiste, justamente, na pretensão discursiva de descrever a realidade tal qual e constitui um dos principais elementos de diferenciação do

discurso científico em relação à ficção. Um exemplo permite avaliar o alcance do efeito verdade:

"Fora de Atenas, a luta de classes política, no quarto século a.C., tornou-se, muitas vezes acutíssima. Ricos e pobres encaravam-se com um ódio amargo e quando a revolução acontecia havia execuções em massa e exílios, confiscos de propriedade, ao menos dos líderes dos partidos opostos" (de Ste Croix 1983: 298).

O autor "descreve" alguns acontecimentos do século IV a.C. como se apenas relatasse verdades óbvias. Na verdade, contudo, utiliza-se de um arcabouço interpretativo muito específico não compartilhado por inúmeros especialistas (cf. Wood 1989:64-73). Há quem considere que não havia classes na Antigüidade, outros negam a validade de conceitos como "luta de classes" ou "revolução" para o período; há quem considere o uso de expressões como "ódio amargo" inadequado. De qualquer forma, este discurso pretende ser uma simples *descrição da realidade*. A análise do discurso permite, justamente, estudar qualquer documento como construção complexa, estruturada, com autoria, públicos e objetivos específicos. Esta, talvez, a maior aquisição da moderna Semiótica para o estudo da História.

O estudo do discurso Histórico é, contudo, particularmente complexo. A interpenetração entre a interpretação e os acontecimentos objetivos impossibilita a execução de uma *descrição* dos fatos: retornando ao exemplo citado acima, como descrever assassinatos políticos e revoluções sem recorrer a conceitos? Os acontecimentos, as mortes e as alterações políticas, descritos nos documentos, só são inteligíveis em um discurso lógico, com uma seqüência de argumentos. Separar "fatos" de interpretações torna-se uma tarefa inútil. Ao contrário, o estudo dos relatos como construções discursivas permite uma visão crítica dos motivos e objetivos subjacentes a todos os discursos.

## Análise Documental e sua Diversidade

Os documentos podem ser analisados de múltiplas maneiras tendo em vista, em particular, os níveis de profundidade do estudo, as diferentes disciplinas e os diferentes paradigmas ou modelos hermenêuticos. Há muitos modelos de análise documental. Referindo-se a textos escritos e voltando-se para estudantes, alguns procedimentos têm sido ressaltados por diferentes autores. Alguns conselhos práticos e bastante simples são lembrados em manuais de amplo uso e merecem ser lembrados (cf. Nouschi 1980:4-9): leituras sucessivas do texto devem ser seguidas pela constituição de uma bibliografia prática e precisa. Cada parágrafo deve ser resumido no seu conteúdo substancial. O comentário deve incluir detalhes sobre o autor e as circunstâncias históricas. Outros propõem um roteiro mais detalhado (cf. Lozano & Mitre 1978:128-131):

1. Aspectos externos, com estudo da tipologia de fontes (texto de ficção, legislativo, epistolar etc), lugar de origem e datação do texto, estilo e características linguísticas;
2. Resumo, consistindo em um sinópsse do texto;
3. Contexto histórico, inserindo o texto em quadros cronológicos, geográficos e temáticos (e.g. economia, cultura, política, guerra) específicos;
4. Explicação detalhada do documento, envolvendo um estudo minucioso dos termos utilizados em seu contexto;
5. Autoria, inserindo o autor nas circunstâncias e no meio cultural;
6. Conclusão, incluindo o texto no contexto das abordagens historiográficas sobre o tema e o período;
7. Bibliografia consultada.

Especialistas, contudo, levam a cabo um estudo mais aprofundado, que inclui, no caso dos documentos clássicos, a *crítica textual* (Marichal 1961). Esta visa o *estabelecimento* do texto a partir dos manuscritos originais, cabendo localizar os erros dos copistas, as interpolações posteriores, o estabelecimento da genealogia das cópias disponíveis, a crítica da proveniência, fixação da data, identificação da origem, busca das fontes (*Quellenforschung*). A esta crítica externa, material, do texto, segue-se a crítica interna, a partir da lin-

guagem empregada e dos costumes sociais citados. Por fim, a crítica da sinceridade, exatidão e a determinação dos fatos específicos citados deve ser feita.

A crítica filológica textual também possui suas particularidades: morfologia, sintaxe, diacrônica e sincronicamente estudadas, formam a base do comentário lingüístico erudito. Apenas para dar o sabor da crítica filológica, um exemplo do próprio vernáculo bastará: "Mas empero direi vos ua rem", frase do *Cancioneiro D. Dinis* (23), seria traduzida, na moderna norma culta do português por "Mas, contudo, dir-vos-ei uma coisa"; na linguagem falada, teríamos algo como "mas vou dizer uma coisa a vocês". Certas palavras caíram em desuso, como a latina *rem* ("coisa"), enquanto a colocação pronominal enclítica erudita do verbo no futuro ("dir-vos-ei") coexiste, agora, com o uso coloquial do verbo *ir*, no presente, unido ao infinitivo ("vou dizer"). Apenas o estudo filológico detalhado permite, portanto, a compreensão do texto (Ali 1966:115;143).

Até aqui, tratou-se do documento enquanto texto escrito. Na verdade, também os vestígios materiais e as artes, por exemplo, constituem documentos. Os critérios analíticos descritos acima, portanto, úteis para os textos escritos, não podem ser aplicados, diretamente, a outras formas, não verbais de documentação. No entanto, há algumas considerações de caráter geral, aplicáveis a todos os documentos. Em primeiro lugar, consideram-se todos os documentos, escritos ou não, como *discursos*. Enquanto discursos, possuem, necessariamente, autoria e público e, como todo discurso, têm estruturas superficiais e profundas. A autoria pode ser individual ou coletiva, material ou intelectual. Um edifício pode ter sido construído, materialmente, por diversos operários a partir de uma planta de autoria individual de certo arquiteto. O público pode ser individual ou coletivo, homogêneo ou heterogêneo. Uma carta de Cícero a um amigo podia ser destinada, originalmente, a um único indivíduo mas, ao ter sido publicada, voltou-se para um público amplo e variado.

A estrutura de superfície de um discurso corresponde à sua sequência explícita de elementos constitutivos. Parágrafos sucessivos de um texto apresentam idéias concatenadas, enquanto um edifício apresenta uma planta, funcionalmente ordenada, de seus aposentos. Estes são os aspectos visíveis da organização de um discurso. Sua estrutura profunda, de acesso indireto, mediado pelo raciocínio do próprio observador, liga-se aos *interesses e objetivos* do autor e do público. A reconstrução destes interesses, inevitavelmente subjetiva, variará segundo os pontos de vista, interesses e conhecimentos do próprio analista.

Estas observações, de caráter geral, aplicam-se a todo tipo de documento, escrito ou não. Em termos práticos, caberia explicitar alguns procedimentos úteis e de caráter geral para análise de documentos escritos e materiais. Um texto deve ser lido e entendido em sua totalidade. As palavras não compreendidas devem ser procuradas em dicionários, assim como as informações e os conceitos desconhecidos. Mesmo termos como "liberdade", "escravidão" ou "democracia", em geral já conhecidos pelo leitor, devem ser estudados no seu contexto para evitar a confusão entre conceitos modernos e antigos (Momigliano 1984:484). A liberdade de ir ao cinema não é a mesma liberdade de não ser escravo! Para aqueles que lêem o documento na língua original, latim ou grego, cabe observar até mesmo as nuances derivadas das palavras utilizadas e da própria construção da frase. Uma frase famosa de Platão, no *Banquete* (196E) mostra bem a importância desta análise detalhada:

*Poietes ho theos sophos houtos hoste kai allon poiesai* (Deus é um poeta tão hábil que é capaz de produzir um outro poeta).

O uso do infinitivo aoristo *poiesai* expressa a idéia de possibilidade de caráter geral, como uma necessidade lógica: Deus é um criador (*poietes*, "poeta") tão sábio que produz um outro criador, o homem (*poiein*, criar, produzir; Humbert 1954:226) Assim, apenas o conhecimento deste uso do infinitivo permitiria uma correta interpretação da frase. Juntamente com este estudo das palavras, deve proceder-se a um estudo dos conceitos: no caso citado, cabe

investigar as diversas conotações do "poeta" (*poietes*) e da "sabedoria" (*sophia*) citados no documento.

Após a compreensão total do texto, cabe identificar as idéias centrais de cada parágrafo e ordená-las em uma seqüência. Paralelamente, cabe estudar o autor do texto e o público a que se destina. O autor deve ser estudado em suas características individuais (idade, sexo, formação intelectual etc) e coletivas (época em que viveu, local, classe social etc). O público pode ser determinado pela forma e pelo conteúdo do texto: palavras fáceis e frases coordenadas indicam um público geral, enquanto um vocabulário técnico e rebuscado e frases subordinadas revelam um público mais específico. Um texto de conteúdo religioso, como um catecismo, pode voltar-se para um público de fiéis, enquanto um tratado filosófico pode dirigir-se para eruditos interessados em reflexões teóricas. Ao final, será possível chegar aos *interesses e objetivos*, tão somente implícitos, do texto.

Um objeto arqueológico exigirá uma exegese própria. Em particular, o estudo pormenorizado da constituição material do artefato implica a análise da sua composição física: cerâmica, vidro, madeira etc. A estrutura superficial do artefato, sua constituição como objeto arqueológico, impõe uma análise da sua funcionalidade. Assim, uma casa possui aposentos que se articulam, explicitamente, de maneira funcional. Estas funções, contudo, encobrem uma estrutura profunda, os objetivos apenas implícitos nas funções: a existência de aposentos para os escravos, por exemplo, e sua exata localização em uma habitação específica revelam intenções dos construtores (isolamento, controle do movimento etc). O público, ou seja, o consumidor ou usuário, de um artefato material também deve ser estudado: um anel de ouro destinava-se a certos grupos abastados, enquanto uma ânfora de vinho barato era consumida por estratos sociais mais amplos.

## Especificidades do Estudo da Antigüidade Clássica

Georges Duby (1980:44) lembrava que "cada época constrói, mentalmente, sua própria representação do passado, sua própria Roma e sua própria Atenas". Os estudiosos da Antigüidade Greco-Romana têm sido considerados pouco propensos à interpretação (McDonald 1991:830), voltados, muitas vezes, para uma erudição estéril e conservadora (Rabinowitz 1993:3 *et passim*). Não há dúvida que o racismo (Haley 1993), o machismo (Rabinowitz & Richlin 1993) e até mesmo o fascismo aberto têm caracterizado uma parcela dos estudos clássicos. A interpretação *ariana* da Antigüidade Clássica, surgida no século XIX, viria a marcar definitivamente a disciplina (Bernal 1987; cf. Ampolo 1993). Romle Visser (1992:6;8;10) descreveu, em seu artigo sobre "A doutrina fascista e o culto da romanidade", com muita propriedade, um caso concreto dessa simbiose entre o estudo da cultura antiga e a justificação racista de uma ditadura:

"O culto da romanidade foi muito útil para apoiar a pretensão de que os fascistas estavam fazendo a história. Comparando a Marcha de Mussolini sobre Roma com os golpes de estado de Sila e de Júlio César, a propaganda fascista queria fazer crer que a Itália fascista havia cruzado seu Rubicão em direção ao domínio mundial...A romanidade fazia parte integral da concepção de mundo dos italianos educados e a História romana clássica era, em geral, considerada como História Nacional Italiana...É óbvio que uma tal perspectiva ideológica da História romana, que implicava, ao menos, algum contato de primeira mão com a cultura e história clássicas, não poderia existir sem a ajuda de acadêmicos classicistas...A nível nacional e político, estudiosos da Antigüidade, formados na Universidade, eram os principais formadores de opinião...Estes estudiosos da Antigüidade tiveram um papel preponderante neste processo. Sem seus esforços, um culto

fascista mais ou menos coerente da romanidade não seria possível".

No entanto, o estudo da Antigüidade Clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão, mas, para tanto, é necessário dominar o rigor e a erudição da *Altertumwissenschaft* (Bernal 1993:674). Aqui, parto de pressupostos diversos: o domínio da cultura clássica tem como principal objetivo "promover uma reflexão constante sobre as condições humanas e sociais que conduza à crítica social contemporânea" (Nordblach 1989:28). Se não é possível encarar o passado e presente *sine ira et studio*, sem engajamento (Holzer 1985:23), a superação da História "como instrumento de poder dos vencedores", nas palavras de Edgar de Decca (1992:133), depende, em primeiro lugar, do conhecimento aprofundado da Antigüidade. Apenas o conhecimento *de primeira mão* fundamenta a visão crítica e, neste sentido, a leitura de Aristóteles, assim como de outros autores clássicos, permanece indispensável para pensar-se tanto o mundo antigo como o contemporâneo (Gianotti 1994:13).

Em segundo lugar, cabe alargar o universo de temas e abordagens da Antigüidade. Devem ser incluídos os camponeses e as mulheres (Ginsburg 1991:205), a família e os rituais (Friedman 1989:53), os gestos e os monumentos (Wallace-Hadrill 1990:147 *et passim*), a dominação e a resistência (Leone 1986:431). Estes e outros temas devem ser apresentados no contexto de uma pluralidade de interpretações (Ankersmit 1986:26) e um dos critérios aqui utilizados para a seleção da documentação deve constituir, precisamente, no potencial de proposição de diferentes abordagens e significados. O leitor deve ser incentivado a tratar tanto de assuntos comuns como de questões pouco usuais, a confrontar opiniões divergentes sobre um mesmo documento e a formar sua própria interpretação. Não se deve reforçar, acriticamente, os modelos e paradigmas vigentes mas, ao contrário, "encorajar a proliferação crítica" de interpretações (Tucker 1993:653).

Os textos da tradição textual têm sido publicados em diversas coleções disponíveis no Brasil. As editoras Teubner e Oxford publicam os textos no original grego e latino, enquanto edições bilíngües de grande uso são publicadas nas coleções *Belles Lettres* e *Loeb*, com traduções em francês e inglês. As inscrições têm sido publicadas em revistas e foram coligidas, pela Academia de Ciências de Berlim, desde o século passado, nas séries *Corpus Inscriptionum Graecarum*, *Corpus Inscriptionum Latinorum* e *Inscriptiones Graecae*. A cultura material, incluindo escavações arqueológicas, tem resultado na publicação de inúmeros trabalhos em revistas como *Revue Archéologique*, *Antike Kunst* e *American Journal of Archaeology*. Importantes coleções de monografias compõem as séries das Escolas Francesas de Atenas e de Roma. Dicionários enciclopédicos encontráveis no Brasil são o *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines* (Ch. Daremberg, E. Saglio, E. Pottier) e *Real-Encyclopaedie der klassischen Altertumswissenschaft* (A. Pauly e G. Wissowa), em francês e alemão. As referências completas e localização nas principais bibliotecas da cidade de São Paulo encontram-se recolhidas por Jônatas Batista Neto e Maria Luiza Corassin (1987), em importante iniciativa da Universidade de São Paulo (cf. Dias 1990:139). Jaime Pinsky publicou *100 textos de História Antiga* (São Paulo, Hucitec, 1972) que, embora sem comentários, continua útil.

Manuais clássicos sobre a Antigüidade Clássica, em muitos volumes, incluem a *Cambridge Ancient History*, *Histoire Ancienne* (direção de Gustav Glotz), assim como diversos tomos das coleções *Evolution de l'Humanité*, *Clio*, *Nouvelle Clio*, *Fischer*, *La vie quotidienne*; estas cinco últimas são disponíveis em traduções para o português ou para o espanhol. Diversos dicionários de Latim e Grego, tanto estrangeiros (e.g. *Oxford Companion to the Greek Language*, *Thesaurus Linguae Latinae*), como em português (dicionários do MEC) são disponíveis. Gramáticas clássicas de autores como A. Meillet, J. Humbert e A. Ernout não são difíceis de encontrar nas bibliotecas especializadas e manuais brasileiros diversos, destinados

à escola média e superior, são de fácil acesso (e.g. Jacyntho Lins Brandão e Napoleão Mendes de Almeida).

### **Periodizações Tradicionais da História, Literatura, e Cultura Clássicas**

As periodizações tradicionais devem ser entendidas como divisões artificiais. Diferentes pontos de vista, a partir de várias metodologias, disciplinas acadêmicas e ideologias, resultam em divisões alternativas. O objetivo da apresentação das compartimentações usais resume-se à instrumentalização dos leitores e, de maneira alguma, implica na aceitação dos seus pressupostos. O caso paradigmático refere-se ao uso do termo "clássico" para definir períodos da História política, literária e artística. O próprio uso do termo *Antigüidade Clássica*, no título deste trabalho, resulta de um compromisso: convencionalmente, as civilizações grega e romana da Antigüidade são chamadas "clássicas". O termo, quando se refere a estas duas culturas antigas, possui, contudo, conotações ambíguas ao considerar esta Antigüidade como um modelo – o clássico a ser imitado pelos modernos – e ao restringir sua abrangência aos homens cultos da elite, por oposição às mulheres, aos "incultos" e aos pobres (Brown 1993:247 *et passim*). O uso do termo *Antigüidade Clássica*, neste caso, não implica, contudo, na aceitação destas conotações e é usado para designar a cultura greco-romana nas suas mais variadas manifestações.

A determinação de períodos "clássicos", em qualquer periodização histórica, por sua parte, depende de um juízo de valor, da transformação de uma determinada produção intelectual em modelo. A História, neste caso, torna-se segmentada em uma progressão em direção ao padrão clássico, sucedido pela degeneração ou decadência, correspondente ao afastamento em relação ao modelo clássico. Este uso do termo "clássico" embute uma concepção cíclica da História: ascensão, apogeu, decadência, seguidos de novas ascensões,

apogeu e decadências. O problema surge, naturalmente, quando diferentes autores, a partir de paradigmas interpretativos e de objetos de pesquisa variados, propõem diferentes ápices. É comum que especialistas em períodos diversos localizem estes apogeu ...exatamente naqueles que são o centro de suas atenções!

Tudo isto significa que não é recomendável encarar as periodizações senão como *instrumentos analíticos* que são úteis para o conhecimento. Assim, por exemplo, a Pré-História da Grécia costuma ser dividida em períodos arqueológicos (Rachet 1975; Treuil *et alii* 1989), enquanto a utilização da escrita difunde-se apenas com a civilização micênica (séculos XIII-XIV a.C.). Seguem-se os períodos proto-geométrico (ca. 1100-900), geométrico (900-750), arcaico ou pré-classico (ca. 750-500), clássico (ca. 500-336 a.C.), helenístico (336-196), romano (196 a.C. em diante). Esta divisão privilegia a História Política de Atenas, bem como sua produção intelectual. A Literatura Homérica (século IX a.C.) é sucedida por Hesíodo (século VIII), autores arcaicos (e.g. Safo), filósofos pré-socráticos, Tragédias e Comédias clássicas (Eurípidés, Sófocles e Aristófanes), História (Heródoto, Tucídides), Platão, Oradores do século IV a.C., Aristóteles, poesia helenística, literatura da época romana (científica, filosófica, ficcionista, histórica) (cf. *The Cambridge History of Classical Literature*). A Arte Grega tem sido dividida em período de formação (1000-650 a.C.), arcaico e severo (650-450 a.C.), clássico (450-326 a.C.) e helenístico (325-31 a.C.), cada um deles subdividido em estilos geométrico (até 750 a.C.), proto-coríntio e proto-ático (750-680 a.C.), dedálico (680-610 a.C.), arcaico (610-530 a.C.), arcaico tardio (530-480 a.C.), severo (480-450 a.C.), fidíaco e pós-fidíaco (450-400 a.C.), do quarto século, do alto helenismo (325-230 a.C.), helenismo médio (230-170 a.C.) e tardio (170-30 a.C.; cf. Bandinelli 1984:4-5 *et passim*).

A História Romana tem sido dividida, seja segundo a evolução política de Roma, seja por sua expansão militar (Bornecque & Mornet 1976:5-18). As divisões políticas são particularmente claras: Monarquia (Séculos VIII-VI a.C.), República Patrícia (séculos V-IV a.C.), República Oligárquica (séculos III-II a.C.),

Guerras Civis (até 30 a.C.), Principado (30 a.C.-193 d.C.), Dominado (193 d.C. em diante). Este último pode ser dividido no período da crise do século III (235-268 d.C.), seguido do período do Império Cristão (séculos IV-V) (cf. Piganiol 1976) A Literatura Latina divide-se, normalmente, em quatro fases (Cardoso 1989:10-11): primitiva (Século VIII - 250 a.C.), helenística (250-81 a.C.), clássica (republicana de 81 a 43 a.C.; Augusteana, de 43 a.C. a 14 d.C. e Júlio-Cláudia, de 14 d.C. a 68 d.C.), e pós-clássica.

## CONCLUSÃO

Estas breves observações introdutórias sobre o estudo da Antigüidade Clássica permitirão, ao aluno que se inicia nesta área, ter ao menos uma idéia dos problemas e características deste campo de pesquisa. O trabalho prático com a documentação e com a bibliografia permitirá que, na prática, possa dar-se conta da satisfação que advém desta aventura intelectual que é o estudo do mundo antigo.

## AGRADECIMENTOS

Devo agradecer aos seguintes colegas que me ajudaram de diferentes maneiras: Maria Luíza Corassin, Edgar de Decca, Norberto Guarinello, J. Nordblach, Bruce G. Trigger e Ellen Meiksins Wood. As idéias expostas são minhas e sou o único responsável.

## REFERÊNCIAS E OBRAS DE CONSULTA

- ALI, M. S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1966.
- ALLISON, P. M. The relationship between wall-decoration and room-type in Pompeian houses: a case study of the Casa della Caccia Antica, *Journal of Roman Archaeology*, 5, 235-249, 1992
- AMPOLO, C. Atena nera, Atena bianca: storia antica e razzismi moderni, *Quaderni Storici*, 12,1, 261-265, 1993
- ANKERSMIT, F. R. The dilemma of contemporary Anglo-Saxon philosophy of History, *History and Theory*, 25,4,1-27, 1986
- ARON, R., *Dimensions de la conscience historique*. Paris, 10/18. s.d.
- AURIGEMMA, S. *The Baths of Diocletian and The Museo Nazionale Romano*. Roma, Istituto Poligrafico dell Stato, 1968.
- AUZIAS, J.-M. *A Antropologia Contemporânea*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- BAKHTIN, M. *Estecia e Romanzo*. Turim, Einaudi, 1979.
- BANDINELLI, R. B. *L'arte classica. Arte Greca. Ritratto*. Roma, Riuniti.
- BASTET, F. Fabularum dispositas explicationes, *Bulletin Antieke Beschaving*, 49, 206-240, 1974.
- BATISTA NETO, J. & CORASSIN, M. L. 1987 *Catálogo de Fontes de História Antiga e Medieval*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974.
- BATTISTI, C. *Avviamento allo studio del latino volgare*. Bari, Leonardo da Vinci, 1949.
- BAUGMGARTNER, H. M. 1979 Erzaehlung und Theorie in der Geschichte, in J. Kocka & T. Nipperdey (eds), *Theorie und Erzaehlung in der Geschichte*, Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 259-289.
- BEAZLEY, J. D. *Attic red-figure Vase-painters*. Oxford, Claredon, 1942.
- BEIK, W. The Dilemma of popular history, *Past and Present*, 141, 207-215, 1993.
- BENGTSON, H. *Griegos y Persas*. Madri, Siglo XXI, 1972.
- BERNAL, M. *Black Athena. The Afroasiatic roots of Classical Civilization*. New Brunswick, Rutgers, 1987.
- \_\_\_\_\_ Essay Review, Paradise Glossed, *Studies in History and Philosophy of Science*, October, 24,4,669-675, 1993.
- BETTINI, M. Il divieto fino "al sesto grado" incluso nel matrimonio romano, in J. Andreau & H. Bruhns (eds), *Parenté et strategies familiales dans l'antiquité romaine*, Roma, Escola Francesa de Roma, 27-52, 1990.

- BONIFÁCIO, M. F. O abençoado retorno da velha História, *Análise Social*, 28,122, 623-630, 1993.
- BORNECQUE, H. & MORNET, D. *Roma e os romanos. Literatura, História, Antiguidades*. São Paulo, E.P.U./Edusp, 1976.
- BOTHMER, D. V. *Greek Vase Painting*. Nova Iorque, Metropolitan Museum Press, 1987.
- BOWMAN, A. K. *Egypt after the Pharaohs 332 BC - AD 642, from Alexander to the Arab Conquest*. Londres, British Museum Publications, 1986.
- \_\_\_\_\_ Literacy in the Roman Empire: mass and mode, in *Journal of Roman Archaeology Supplementary Series number 3, Literacy in the Roman World*, Ann Arbor, 119-131, 1991.
- BRACCO, V. *Tra Ercolano e Pompei*. Roma, Newton, 1982.
- BRANDÃO, J. L. Do mito à história sagrada: cristianismo e helenismo no segundo século, *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 7, 102-110, 1988.
- \_\_\_\_\_ A adivinhação no mundo helenizado do segundo século, *Classica*, São Paulo, 4, 103-121, 1991.
- BROWN, S. Feminist research in archaeology: what does it mean? why is it taking so long?, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 238-271, 1993.
- BUFFIERE, F. *Anthologie Grecque. Anthologie Palatine*. Paris, Belles Lettres, 1970.
- BURGUIERE, A. The fate of the History of *Mentalités* in the *Annales*, *Comparative Studies in Society and History*, 24,3, 424-437, 1982.
- BURKE, P. *The Historical Anthropology of early modern Italy. Essays on perception and communication*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- CARDOSO, Z. A. *A Literatura Latina*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.
- CARR, D. Review Essay, *History and Theory*, 26,2, 197-204, 1987.
- CARRARD, Ph. Récit historique et fonction testimoniale des archives de la Grande Guerre, *Poétique*, 66, 47-61, 1986.
- CARROLL, D. Review article, Poetics, theory and the defence of history, *Clio*, 22,3, 273-289, 1993.
- CIZEK, E. La poétique de l'Histoire chez Tacite, *Révue des Etudes Latines*, 69, 136-146, 1991.

- COLLINWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford, Claredon Press, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Essays in the Philosophy of History*. Edited by William Debbins, Nova Iorque, Univ. of Texas and MacGraw Hill, 1965.
- CONDAMIN, J. Analyse des monnaies antiques pour des méthodes non-destructives. Signification des résultats, in J.-M. Dentzer, Ph. Gauthier & T. Hackens (eds), *Numismatique antique, problèmes et méthodes*, Lovain, Peeters, 109-124, 1975.
- COULANGES, F. *Histoire des institutions politiques d'ancienne France*, vol. 3, Paris, Hachette, 1888.
- CUNLIFFE, B. *The Temple of Sulis Miverva at Bath. Volume two, The finds from the sacred Spring*. Oxford, Oxford University Committee for Archaeology, 1988.
- DAVIS, H. E. *History and Power. The Social relevance of History*. Boston, University Press of America, 1983.
- DE DECCA, E. Memória e Cidadania, in AA.VV. *O Direito à Memória*, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 129-136, 1992.
- DE STE. CROIX, G. E. M. *The Class Struggle in the Ancient World*. Londres, Duckworth, 1983.
- DE VOS, A. & M. POMPEI, *Ercolano, Stabia*. Roma, Laterza, 1982.
- DIAS, I. M. A situação do ensino e da pesquisa da História Medieval no Brasil. O interesse brasileiro pela Idade Média, *Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense*, 5, 135-141, 1990.
- DOWDEN, K. *Death and the maiden: girls initiation rites in Greek Mythology*. Londres, Routledge, 1989.
- DRAUS, F. La structure, le sens et la méthode de l'histoire selon l'historisme, *Revue Européenne des Sciences Sociales*, 23, 75-125, 1985.
- DUBY, G. Un nominaliste bien tempéré, *Dialogues*, Paris, Flammarion, 37-66, 1980.
- EARL, D. C. *The Political Thought of Sallust*. Cambridge, Cambridge University Press 1961.
- ECO, U. *Il segno*. Milão, Isedi, 1978.
- ELTON, R. G. *The Practice of History*. Harmondsworth, Penguin 1967.
- \_\_\_\_\_. *Political History. Principles and Practice*. Nova Iorque, Academic Press, 1970
- ETIENNE, R. *La vida cotidiana en Pompeya*. Madri, Aguilar, 1970.

- FLORENZANO, M. B. B. *Arqueologia e Educação. II - Estudos de Numismática*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 1992.
- FONTES, J. B. *Variações sobre a lirica de Safo. Texto grego e variações livres*. São Paulo, Estação liberdade, 1992.
- FOX, M. History and rhetoric in Dionysius of Halicarnassus, *Journal of Roman Studies*, 83, 31-47, 1993.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité. 2 L'usage des plaisirs*. Paris, Gallimard, 1984.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade. 2 O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FOWLER, H. N. & WHEELER, J. R. *A Handbook of Greek Archaeology*. Nova Iorque, American Book Company, 1909.
- FREUD, S. *Die Traumdeutung*. Leipzig, Franz Deuticke, 1900.
- FREIRE, A. *Selecta Grega*. Porto, Livraria Apostolado, 1961.
- FRIEDMAN, J. Culture, Identity, and World Process, *Review*, 12, 1, 51-69 1989.
- FUNARI, P. P. A. *La cultura popular en la Antigüedad Clásica*. Écija, Editorial Sol, 1991.
- \_\_\_\_\_. Doxa e Episteme: a construção discursiva na narrativa histórica (ou Salústio e a Historiografia), *LPH: Revista de História*, 3, 1, 22-35, 1992.
- \_\_\_\_\_. Graphic Caricature and the ethos of ordinary people at Pompeii, *Journal of European Archaeology*, 2, 131-148, 1993.
- FURET, F. Les intellectuels français et le structuralisme, *Preuves* 192, 10-12, 1967.
- GAUTHIER, Ph. Légendes monétaires grecques, in J.-M. Dentzer, Ph. Gauthier & T. Hackens (eds), *Numismatique antique, problèmes et méthodes*, Louvain, Peeters, 165-180, 1975.
- GAZDA, E. K. Introduction, in E.K. Gazda (ed), *Roman art in the private sphere*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1-24.
- GIANOTTI, J. A. Humanidades, Gianotti aponta falhas na formação de pesquisadores, *Jornal da USP*, VII, 276, (7/3 a 14/3/94), 13-14, 1994.
- GIDDENS, A. *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1987.
- GINSBURG, C. An interview to Keith Luria and Romulo Gandolfo, *Radical History Review*, 39, 89-111, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros estudos*. Lisboa, Difel. 1991

- GOLD, B. K. "But Ariadne was never there in the first place": finding the female in Roman poetry, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 75-101, 1993.
- GORDON, W. M. & ROBINSON, O. F. *The Institutes of Gaius, with the Latin text of Seckel and Kuebler*. Londres, Duckworth, 1988.
- GOW, A. S. F. *Theocritus*. Cambridge, Cambridge University Press, vol. II, 1950.
- GRANDGENT, C. H. *Introducción al Latin vulgar*. Madri, C.S.I.C, 1970.
- GUARINELLO, N. L. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo, Ática, 1987.
- HACKENS, T. Terminologie et techniques de fabrication, in J.-M. Dentzer, Ph. Gauthier & T. Hackens (eds), *Numismatique antique, problèmes et méthodes*, Louvain, Peeters, 3-16, 1975.
- HAEBERLIN, K. *Carmina figurata graeca*. Hannover, Janneck, 1886.
- HALEY, S. P. Black Feminist thought and Classics: re-memembering, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 23-43, 1993.
- HALLETT, J. P. Feminist theory, historical periods, literary canons, and the study of Greco-Roman Antiquity, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 44-72, 1993.
- HARDING, Ph. *From the end of the Peloponnesian War to the Battle of Ipsus*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- HAVELOCK, E. A. *The literate revolution in Greece and its cultural consequences*. New Jersey, Princeton University Press, 1982.
- HOLTZMANN, B. Le graphisme dans l'art grec, *Histoire de l'Art*, 24, 3-11, 1993.
- HOLZER, J. *Die Geschichte einer freien Gewerkschaftin Polen*. Munique, Deutcher Taschenbuch Verlag, 1985.
- HOPKINS, K. Conquest by book, in *Journal of Roman Archaeology, Supplementary series number 3, Literacy in the Roman World*, Ann Arbor, 133-158, 1991.
- HUMBERT, J. *Syntaxe Grecque*. Paris, Kilincksieck, 1954.
- HUNT, A. S. & EDGAR, C. C. *Selected Papyri, I Non-literary papyri, private affairs*. Londres, Heinemann, 1970.
- IGGERS, G. G. *News directons in European Historiography*. Revised Edition. Middleton, Wesleyan University Press, 1984.

- JOHNS, C. *Sex or Symbol? Erotic images of Greece and Rome*. Londres, British Museum Publications, 1982.
- JOHNSTON, D. *Discovering Roman Britain*. Haverfordwest, Shire Publications, 1983.
- JOUGUET, P. *L'Imperialisme Macédonien et l'hellénisation de l'Orient*. Paris, Albin Michel, 1972.
- KLEIN, L. Conversations with Leo Klein, *Current Anthropology*, 34,5, December, 723-735, 1993.
- KOCKA, J. & NIPPERDEY, T. Einführung, in J. Kocka & T. Nipperdey (eds), *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 7-13, 1979.
- KOPPENBERG, J. T. 1989 Objectivity and Historicism: a century of American Historical writing, *The American Historical Review*, 94,4, 1011-1030.
- KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft: zur Semantik geschichtlichen Zeiten*. Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1979.
- LACROIX, L. Les types des monnaies grecques, in J.-M. Dentzer, Ph. Gauthier & T. Hackens (eds), *Numismatique antique, problèmes et méthodes*, Louvain, Peeters, 153-164, 1975.
- LE GOFF, J. Documento/monumento, *Enciclopedia Einaudi*, voll, Porto, Imprensa Nacional, 95-106, 1984.
- LEONE, M. P. Symbolic, structural, and critical archaeology, in D.J. Meltzer, D.D. Fowler, J.A. Sabloff (eds), *American Archaeology past and future*, Washington, Smithsonian Institution, 415-438, 1986.
- LING, R. *Roman Painting*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- LOWENTAL, D. *The Past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press 1985.
- LOZANO, J. *El discurso histórico*. Madri, Alianza Editorial, 1987.
- MAIER, F. G. Der Historiker und die Texte, *Historische Zeitschrift*, 238,1, 83-94, 1987.
- MAIURI, A. *La Villa dei Misteri*. Roma, Tipografia dello Stato, 1931.
- MARICHAL, R. La critique des textes, in Ch. Samaran (ed), *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1247-1366, 1961.
- MARROU, H. I. Le metier d'historien, in AA.VV. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris, Gallimard, 1465-1539, 1961.
- \_\_\_\_\_. *De la connaissance historique*. Paris, Ed. du Seuil, 1966.
- MARWICK, A. *The Nature of History*. Londres, MacMillan, 1976.

- NASTER, P. Le carré creux en numismatique grecque, in J.-M. Dentzer, Ph. Gauthier & T. Hackens (eds), *Numismatique antique, problemes et méthodes*, Louvain, Peeters, 17-23, 1975.
- MCDONALD, W. A. Archaeology in the 21st. century: six modest recommendations, *Antiquity*, 65, 829-879, 1991.
- MCNEILL, W. My History, or Truth, History and Historian, *American Historical Review*, 91, 8-9, 1986.
- METZGER, H. *La ceramique grecque*. Paris, Presses Universitaires de France, 1973.
- MOMMIGLIANO, A. *Sui fondamenti della Storia Antica*. Turim, Einaudi, 1984.
- MOMMSEN, W. J. Die Sprache des Historikers, *Historische Zeitschrift*, 238,1, 57-81 1984.
- NIEBUHR, B. G. *Roemische Geschichte*. Berlin, 1811.
- NORDBLACH, J. Comments of Archaeology into the 1990s, *Norwegian Archaeological Review*, 22,1,24-28, 1989.
- PAES, J. P. O Ovo, por dentro e por fora, *Folha de São Paulo*, "Mais", 27/2/94, 10, 1994.
- PARIBENI, E. *Museo Nazionale Romano. Sculture greche del V secolo, originali e repliche*. Roma, Libreria dello Stato, 1953.
- PARTNER, N. Making up lost time: writing on the writing of history, *Speculum* 61,1,100-120, 1986.
- PASSMAN, T. Out of the closet and into the field: matriculture, the Lesbian perspective, and Feminist classics, in N.S. Rabinowitz & A. RICHLIN (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 181-208, 1993.
- PIGANIOL, A. *Historia de Roma*. Buenos Aires, Eudeba, 1976.
- PLÁCIDO, D. La ley olearia de Adriano: la democracia ateniense y el imperialismo romano, *Gerión*, 10, 171-179, 1992.
- RABINOWITZ, N. S. Introduction, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 1-22, 1993.
- RABINOWITZ, N. S. & RICHLIN, A. *Feminist Theory and the Classics*. Nova Iorque, Routledge, 1993.
- RANKE, L.von *Geschichte der romanischen und germanischen Voelker*, Berlin, 1824.
- RICHARDSON, L. *Pompeii, an architectural history*. Baltimore, John Hopkins University, 1988.

- RIGNEY, A. Du récit historique, La prise de la Bastille selon Michelet (1847), *Poétique*, 75, 268-278, 1988.
- RODRÍGUEZ-ALMEIDA, E. Monte Testaccio: i mercatores dell'olio della Betica, *Mélanges de l'Ecole Française de Rome*, 91,2, 873-975, 1979.
- ROSE, P. W. The case for not ignoring Marx in the study of women in Antiquity, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 211-237, 1993.
- ROWSE, A. L. 1946 *The Use of History*. Oxford, Clarendon.
- RUSSEL, B. *Understanding History*. Nova Iorque, Philosophical Society, 1957.
- SAURON, G. Nature et signification de la mégalographie dionysiaque de Pompéi, *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, 151-176, 1984.
- SAYAS, J. J. La Ley de Adriano sobre el aceite ático. Consideraciones económicas y problemas adicionales, *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad, Segundo Congreso Internacional*, Madrid, Universidad Complutense, 441-464, 1984.
- SCHULIN, E. Geschichtswissenschaft in unserem Jahrhundert, Probleme und Umriss einer Geschichte der Historie, *Historische Zeitschrift*, 245,1, 1-30, 1987.
- SEALEY, R. *A History of the Greek City States*. Berkeley, University of California Press, 1976.
- SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência. Salústio, A Conjuração de Catilina e A Guerra de Jugurta*. Traduções de Ingeborg Braren e Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis, Vozes, 1990.
- SHANKS, M. & TILLEY, M. *Re-constructing Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- SHELTON, J.-A. Pliny the younger, and the idea wife, *Classica et Medievalia*, 41, 163-186, 1992.
- SHERRATT, E. S. "Reading the texts": archaeology and the Homeric question, *Antiquity*, 64, 807-824, 1990.
- SKINNER, M. B. Woman and language in Archaic Greece, or, why is Sappho a woman? in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 125-144, 1993.
- SOMEKAWA, E. & SMITH, E. A. Theorizing the writing of history or, "I can't think why it should be so dull, for a great deal of it must be invention", *Journal of Social History*, 22,1,149-161, 1988.

- STERN, L. Narrative versus description in historiography, *New Literary History*, 21,3, 555-567, 1990.
- STIERLE, K. *Text als Handlung*. Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1975.
- STRASBURGER, H. *Die wesenbestimmung der Geschichte durch die antike Geschichtsschreibung*. Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1966.
- STRAUSS, G. Reply to "The dilemma of popular history", *Past and Present*, 141, 215-219, 1993.
- TOMLIN, R. S. O. The Curse tablets, in B. Cunliffe (ed), *The Temple of Sulis Minerva at Bath, volume two, The finds from the Sacred Spring*, Oxford, Oxford Committee for Archaeology, 59-278, 1988.
- TREUIL, R. *et alii Les civilisations égéennes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1989.
- TRIGGER, B. G. Hyperrelativism, responsibility, and the social sciences, *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 26,5, 776-797, 1989.
- TUCKER, A. 1993 A theory of Historiography as Pre-Science, *Studies in History and Philosophy of Science*, October, 24,4, 633-667, 1989.
- TURCAN, R. Le mythe grec dans l'art romain, *Histoire de l'Art*, 15, 3-8, 1991.
- VAANANEN, V. *Le Latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*. Helsinki, Société de Littérature finnoise, 1937.
- VIVOLO, F. P. M. *Pompei, i graffiti figurati*. Nápoles, Bastogi, 1993.
- VOSSLER, K. *Einfuehrung ins Vulgaerlatein*. Munique, Max Hueber, 1954.
- WALLACE-HADRILL, A. Roman arches and Greek honours: the language of power at Rome, *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 216, 143-181, 1990
- WENDEL, C. *Ueberlieferung und Entstehung der Theocrit Scholien*. Berlin, Weidmannische Verlag, 1920.
- WHELLER, M. *Roman Art and Architecture*. Londres, Thames and Hudson, 1989.
- WHITE, H. Literature and History, in A. Fletcher (ed), *The Literature of fact: selected papers from the English Literature Institute*, Nova Iorque, Columbia University Press, 21-44, 1976.
- WHITE, K. *Greek and Roman Technology*. Londres, Thames and Hudson, 1984.

- WHITEHOUSE, R. D. & WILKINS, J. B. Greeks and natives in South East Italy: approaches to the archaeological evidence, in T. C. Champion (ed), *Centre and Periphery, Comparative Studies in Archaeology*, Londres, Unwin Hyman, 102-124, 1989.
- WILAMOWITZ, V. von Die grieschichen Technopaeginia, *Jahrbuch des Deutschen Archaeologisches Institut*, 14, 51-59, 1899.
- WILL, Ed. Fonctions de la monnaie dans les cités grecques de l'époque classique, in J.-M. Dentzer, Ph. Gauthier & T. Hackens (eds), *Numismatique antique, problemes et méthodes*, Louvain, Peeters, 233-246, 1975.
- WOOD, E. M. *Peasant-citizen and slave. The foundations of Athenian Democracy*. Londres, Verso, 1989.
- ZWEIG, B. The primal mind: using native American models for the study of Women in Ancient Greece, in N.S. Rabinowitz & A. Richlin (eds), *Feminist Theory and the Classics*, Nova Iorque, Routledge, 145-180, 1993.

NOME: \_\_\_\_\_

Name: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

Address: \_\_\_\_\_

RECEBEMOS: \_\_\_\_\_

We have received: \_\_\_\_\_

FALTA-NOS: \_\_\_\_\_

We are lacking: \_\_\_\_\_

ENVIAMOS EM PERMUTA: \_\_\_\_\_

We are sending in exchange: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

Date: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA**  
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
**SETOR DE PUBLICAÇÕES**  
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"  
Caixa Postal 6.110  
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342  
Telex: (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327  
Correio Eletrônico: [pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br](mailto:pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br)